

FRONTEIRAS E FRENTES PIONEIRAS: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Carlo Eugênio Nogueira – Universidade de São Paulo
carleugenio@usp.br

AS FRONTEIRAS NA GEOGRAFIA POLÍTICA

Essa comunicação tem como objetivo verificar a maneira como o debate acerca das frentes pioneiras brasileiras, especificamente aquele proposto por Pierre Monbeig entre as décadas de 1940 e 1950, repõe, em seus termos básicos, certos aspectos atinentes à discussão teórica sobre as fronteiras feita na geografia política, ou seja, a partir da leitura direta de textos selecionados do autor, pretende-se apontar algumas singularidades que acabam por permitir, ao fim e ao cabo, que se tome as frentes pioneiras como um aspecto relevante do processo de organização territorial expresso pela expansão das relações capitalistas em nosso país.

Ora, a problematização da fronteira e de temáticas a ela relacionadas, como a questão do povoamento e colonização de novas terras por meio da expansão da ocupação produtiva do solo, naquilo que se convencionou denominar de avanço das fronteiras, e, mais especificamente, o processo de desenvolvimento e constituição das chamadas fronteiras políticas – os limites reconhecíveis entre dois âmbitos geográficos de exercício do poder –, são, desde os pioneiros escritos de Friedrich Ratzel, publicados em fins do século XIX, objeto de interesse dos estudiosos que se dedicaram a produzir trabalhos dentro da tradição discursiva identificada sob o rótulo de “geografia política” (Costa, 1992).

Numa análise panorâmica da bibliografia produzida dentro deste campo disciplinar, pode-se dizer que, na virada do século XIX e primeiras décadas do XX, a maior parte dos trabalhos de cunho geográfico analisavam a fronteira a partir de um enfoque centrado no Estado, circunstância que, por muito tempo, deixou os estudos das fronteiras presos a uma escala de análise que as faziam sinônimos dos limites estatais internacionais. Em vista disso, equacionadas como a expressão *de jure* dos limites espaciais do poder soberano do Estado, o estudo do processo de construção das fronteiras políticas entre os países parecia poder revelar uma dinâmica

específica ligada às disputas, contestações e eventuais mudanças ocorridas em sua localização através do tempo (Prescott, 1987; Johnston et al., 2006).

Enfim, não chega a ser exagero dizer de tal literatura que se caracteriza pelo grande número de estudos de caso centrados nas disputas fronteiriças entre distintos entes estatais, privilegiando, portanto, os conflitos inerentes ao processo de demarcação dos limites. Além do mais, uma consistente apresentação empírica das relações entabuladas pelos grupos que habitam ambos os lados das divisões, bem como a atenção dispensada à influência destas na organização espacial das áreas adjacentes a linha de fronteira, eram também preocupações intrínsecas à forma de exposição vulgarizada por esses escritos.¹

No período que se seguiu após a II Guerra, houve uma fase de relativo descrédito dos estudos sobre as fronteiras, então associados diretamente às políticas dos Estados-maiores, condição que, na opinião de muitos, reduziria seu escopo a um mero discurso de justificação de intervenções armadas. Mais recentemente, o processo de globalização e as muitas previsões acerca do iminente “fim das fronteiras”, ou, ao menos, a percepção de que a função de barreira das fronteiras torna-se tendencialmente menos importante devido ao aumento da circulação de capitais, mercadorias, pessoas e ideias, recolocou o interesse dos mais variados estudiosos nessa temática. Contudo, as análises agora passaram a ser feitas a partir de um viés que não reduz o fenômeno fronteiriço exclusivamente às divisões políticas existentes entre os Estados, enxergando-o antes em seu aspecto cultural, simbólico ou identitário, o que faz com que as fronteiras não sejam necessariamente identificadas com construtos materiais objetivamente fixados no terreno (Agnew, 1998; Paasi, 1998).²

¹ Nesse quadro, grande importância era dada ao histórico de construção da fronteira desde sua negociação e delimitação até a demarcação efetiva da linha no terreno, estando ainda essa abordagem associada à preocupação em se diferenciar as “boas” das “más” divisões fronteiriças, o que acabaria por ligar essas pretensas qualidades a uma outra diferenciação de caráter morfológico a ser feita sobre a origem “natural” ou “artificial” das fronteiras. Tempos depois, houve um avanço significativo para os estudos de fronteira com a introdução de uma visão processual do tipo “antes-e-depois”, aporte analítico que pretendia avaliar o impacto do fenômeno fronteiriço na formação e organização espacial das áreas adjacentes às balizas alinhada no terreno. Nesse caso, passou-se de uma abordagem meramente descritiva para um enfoque mais funcional, que se questiona a respeito das influências exercidas pelas funções de barreira ou contato que as divisões fronteiriças podem adquirir ou desempenhar (Minghi, 1963; Newman&Paasi, 1998).

² O paradoxo dessa nova situação opõe um mundo teoricamente sem fronteiras à percepção de que a experiência da territorialidade pode se dar efetivamente em variadas escalas, abarcando inclusive

Em resumo, no que se refere ao objeto tradicional da geografia política, a compartimentação político-espacial da superfície terrestre, é possível dividir as teorizações acerca das fronteiras em cinco temáticas correlacionadas: 1) a discussão empreendida sobre o caráter natural ou histórico (artificial) das separações; 2) a circunstância da simultânea abertura/inviolabilidade das fronteiras, que expressa uma polêmica econômico-jurídica; 3) a questão referente às definições das fronteiras internas e externas de um ente estatal; 4) o debate sobre a correta definição da terminologia a ser utilizada, principalmente a distinção entre a fronteira, o limite e a divisa; 5) o problema, decorrente do anterior, da adjetivação das fronteiras em, por exemplo, étnica, agrícola, cultural, entre outras (Martin, 1993).

Oferecendo uma explicação ampla, diríamos mesmo que o conceito de fronteira, associado ao tema da formação territorial (Moraes, 2011), pode ser entendido como a dimensão espacial que o exercício de um poder sobre determinada porção da superfície terrestre revela, não sendo derivado de supostas características morfológicas distintivas existentes nos lugares, sejam elas de origem natural, como um rio ou montanha, sejam elas históricas, como uma cidade ou muralha. Nesse caso, a discussão sobre a fronteira pode ser feita associando-a com as noções de território, territorialidade e soberania, uma vez que, dessa perspectiva, a consolidação das fronteiras interestatais são tomadas como uma das mais explícitas manifestações da conexão existente entre geografia e política (Newman, 2003).

Em outras palavras, o processo de formação, organização e controle dos territórios coloca-se enquanto o fenômeno de grande escala mais palpável da geografia política (Gottman, 1952). Portanto, mesmo admitindo a polissemia do

uma refuncionalização que abre novas preocupações com o papel das fronteiras estatais na regulação da vida social: "We woke up to our borderless world only to find that each and every one of us, individuals as well as groups or States with we share affiliation, live in a world of borders which give order to our lives. We discover that these borders are not confines to the realm of inter-state divisions, nor do they have to be physical and geographic constructs. Many of the borders which order our lives are invisible to the human eye but nevertheless impact strongly on our daily life practices. They determine the extent to which we are included, or excluded, from membership in groups, they reflect the existence of inter-group and inter-societal difference with the "us" and the "here" being located inside the border while the "other" and the "there" is everything beyond the border. The practices through which borders are demarcated and delimited reflect the way in which borders are managed and self-perpetuated to the benefit of political and economic elites, but in detriment of many others. The management of the border regime determines the relative ease or difficulty with which borders are crossed, or alternately the extent to which the borders still constitutes a barrier to movement of people, goods and ideas" (Newman, 2006, p.172).

termo fronteira, que como metáfora pode ser utilizado nos mais diversos contextos e situações, retomamos aqui uma tradição de parte substancial da literatura geográfica sobre o tema, pelo que enxergamos as fronteiras tendencialmente como a expressão espacial, manifesta em variadas escalas, dos limites estabelecidos entre jurisdições e poderes socialmente constituídos e reconhecidos (Prescott, 1965; Rumley&Minghi, 1991).³

Acompanhando as indicações de Michel Foucher, afirma-se que o debate mais amplo que atravessa os cinco pontos antes arrolados é o que propõe discutir se as fronteiras consistem numa *linha* ou, ao contrário, se elas se expressam espacialmente numa *zona* ou *região*. Tal condição, por sua vez, remete à qualidade e à intensidade dos intercâmbios estabelecidos pelos grupos sociais após a instituição da linha fronteira, que pode, a depender da situação em que é implantada, funcionar como “ponte” ou “muralha”, selecionando os contatos entabulados entre os habitantes de um âmbito espacial geograficamente circunscrito e seus vizinhos “de fora” (Foucher, 1991).

A bem dizer, este debate se apoia em argumentos de origem semântica consagrados na literatura americana de língua inglesa, que tenta evitar, no entendimento do processo das construções fronteiriças, as confusões que podem decorrer do recorrente uso do termo “fronteira” para identificar situações objetivamente distintas. O que estamos sugerindo, é que o surgimento dessa antinomia anglo-americana entre a “fronteira-linha” e a “fronteira-zona”, talvez tenha relação com o uso diferencial que se pôde dar nos EUA, mormente após os escritos de Frederick J. Turner, aos termos *boundary*, *border* e *frontier*, sujeitos a serem indiscriminadamente identificados, em França, pelo termo *frontière*, que pode ser

³ “No sentido acima aludido, o território pode ser equacionado como uma construção simbólica, vinculada a um imaginário territorial. Contudo, trata-se também de uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e pela dominação efetiva destes. Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares. O território é, concomitantemente, uma construção militar (um resultado da conquista espacial, que tem de ser reiterada sempre que contestada) e uma construção política (como área de exercício de um poder soberano), mas também uma construção econômica (como suporte de estruturas e atividades produtivas e como mercado), e uma construção jurídica (que tem de ser legitimada em fóruns adequados de relacionamento internacional), e ainda uma construção ideológica (que fundamenta uma identidade social de base espacial e uma psicologia coletiva)” (Moraes, 2002, p. 74-75).

utilizado para designar ora as *lignes frontières*, ou *lisière*, ora as *régions frontières*, ou *fronts pionniers* (Rankin&Shoefield, 2004).

O inconveniente dessa tentativa de distinção anglo-americana, que parece considerar as fronteiras como um objeto em si mesmo, coisificando a diferenciação entre a questão da definição dos limites de soberania entre poderes constituídos e as discussões em torno do avanço da ocupação humana sobre áreas consideradas “vazias” pelos agentes em expansão, possibilita a formulação de uma crítica, pois tal fato obscureceria a particularidade de a linha e a zona corresponderem espacialmente a duas ordens distintas de grandeza, a linear expressando em boa parte os aspectos políticos das fronteiras, e a zonal, no mais, revelando seus aspectos econômicos e demográficos.⁴

Seguindo esse raciocínio, chegaríamos a diferenciar a fronteira, que ocuparia de fato uma faixa, constituindo-se numa zona no mais das vezes bastante habitada, do limite, conceito jurídico de caráter inequivocamente negociado e convencionalizado que, indicando uma linha precisa e teoricamente incontestável, não pode ser habitado, uma vez que não passa de uma abstração geométrica desenhada nos mapas e cartas, apesar de sua demarcação no terreno poder

⁴ Enquanto o termo “border” pretende representar uma tendência de desenvolvimento espacial que apresenta manifestações centrípetas de forças que buscam o centro político principal devido às injunções específicas de sua condição estratégica, a “frontier” refere-se normalmente aos movimentos centrífugos orientados para a expansão da ocupação produtiva do espaço em direção a novas áreas (Kristof, 1959). Em português, isso nos remeteria ao discernimento técnico que se estabelece entre o *limite*, que indica a linha fronteira política negociada, a *borda*, que indica a área adjacente a essa mesma linha, e a *fronteira*, que pode ser utilizada para designar ambos os significados anteriores, bem como as áreas onde se exercita a expansão do povoamento dentro dos limites do Estado: “Many studies have dealt with issues of definition, distinguishing boundaries and borders from frontiers, boundaries from borders, borders from borderlands and political frontiers from settlement frontiers. Boundaries and borders were initially conceived as being no more than lines separating sovereign territories, while frontiers were assumed to constitute the area in proximity to the border whose internal development was affected by the existence of the line. The political frontier was differentiated from the settlement frontier, the former affected the existence of the international boundary, the latter constituting the, as yet, uninhabited region lying within the state territory and representing the spatial margin of the state’s ecumene. This sociospatial construct drew strongly on the Turnerian frontier thesis, with notions of unsettled areas, pioneer frontiers and wilderness that often bore little relation to the existence of indigenous and native populations. Such frontiers were to be tamed, settled and civilized, and hence brought under the hegemony of white dominion” (Newman&Paasi, 1998, p.189).

funcionar vez ou outra como um eficiente referente geopolítico a inspirar tomadas de decisões e posturas geoestratégicas (Martin, 1992).⁵

Feitos os apontamentos teóricos gerais que nos guiam, vejamos agora como o entendimento que Monbeig tem das frentes pioneiras paulistas trabalha com o imaginário da expansão territorial da sociedade brasileira, que em sua forma vulgar atrelava, desde ao menos a Era Vargas, iniciada em 1930, a compreensão do processo de formação do país à integração do território, isto é, ao imperialismo interiorizado exercido dentro dos limites do Estado nacional e por ele incentivado em programas colonizadores oficiais como o “Marcha para o Oeste”.

Pierre Monbeig e as frentes pioneiras

Pois vejamos. Certo é que esse trabalho busca compreender, inicialmente, o modo como o tema das franjas pioneiras foi analisado no Brasil por Pierre Monbeig, um dos nomes mais importantes para a institucionalização acadêmica da geografia no Brasil, durante sua longa estadia no Brasil (1935-1948). Em outras palavras, estaria dentre as preocupações deste trabalho esclarecer as eventuais modificações nas maneiras pelas quais o fenômeno das frentes ou zonas pioneiras foi pensado e enunciado a partir do temário, conceitos e tópicos tradicionalmente reconhecidos como integrados a esse específico campo do saber.

Realmente, numa primeira aproximação do fenômeno pioneiro no Brasil, ficaríamos inclinados a atestar a existência de um juízo, até certo ponto generalizado pelas classes letradas da época, no qual a explicação das particularidades nacionais aparece como decorrência do relacionamento íntimo engendrado entre a conquista de novas terras, o avanço do povoamento, a busca do desenvolvimento econômico e a consolidação da identidade. Daí abrir-se a possibilidade de haver um entendimento da relação entre o tema da conquista do espaço e a formação da

⁵ A título de curiosidade, vale lembrar que tais preocupações não eram estranhas a Ratzel, quando dizia, no capítulo XVII de seu *Geografia Política*, que: “L’ourlet frontalier est la réalité, la ligne frontalière n’en est que l’abstraction. On peut dessiner l’une, on peut la graver dans sa mémoire et le mesurer, l’autre reste par nature indéterminée. Il est certain que toute tentative de suivre une frontière ethnique ou étatique jusqu’à son origine historique, nous ramènera nécessairement à la vraie frontière; là où cela est possible le résultat sera toujours identique: une frange plus ou moins large entre peuples et États” (Ratzel, 1987 [1897], p.150).

nacionalidade bem próximo à função que, nos E.U.A., normalmente se atribui ao “mito da fronteira”.

Elaborado por Frederick Jackson Turner, a chamada “frontier thesis” associa a fronteira a uma extensão variável de terras onde ocorreria a perenização da colonização, isto é, a fronteira serviria para designar o avanço civilizatório sobre espaços considerados vazios, conferindo centralidade à expansão territorial na formação da nacionalidade e na consolidação da democracia americana: é da experiência da fronteira, sempre em movimento, que surge a liberdade, instituições e oportunidades que caracterizariam distintamente a experiência americana da europeia na construção de uma nova nação (Silva, 2001).

Acompanhando os termos propostos por Arrault (2007), considera-se o período do entre-guerras (1919-1938) como uma fase em que a geografia paulatinamente se abre a novos temas e preocupações, como a fundamental questão da crise econômica mundial de 1929, que coloca em evidência um avançado processo de mundialização que tornava solidário distintos pontos do planeta, fazendo da escala mundial um dos fatores explicativos fundamentais para a compreensão das súbitas alterações observadas nas escalas regionais e locais.

A emergência de novas temáticas e das finalidades pragmáticas da geografia acadêmica, como mostra o desenvolvimento, no seio da UGI, da ideia da planificação territorial comandada pelos Estados nacionais, aventada pioneiramente no primeiro Congresso Internacional de Geografia, em 1925, na Cidade do Cairo, e adensada posteriormente nos Congressos havidos em Cambridge, em 1928, e em Paris, em 1931, prefiguram sem sombra de dúvidas novos horizontes para a geografia, do qual são exemplos crassos os trabalhos de diagnósticos territoriais de Albert Demangeon e Isaiah Bowman (Robic, 2006).

Interessa-nos reter, por ora, a assimilação, por parte de Monbeig, desse tipo de explicação que ressalta a sobreposição de circunstâncias políticas e econômicas mundiais, regionais e locais num complexo e intrincado jogo de escalas. No caso, combinadas em proporções cambiantes, tais circunstâncias expressar-se-iam espacialmente em formas muito distintas de organização territorial, influenciando diretamente nos movimentos de conquista e ocupação de terras. Vejamos alguns exemplos de como esse entendimento ajudaria na explicação da vaga pioneira em

terras paulistas, iniciada no último quartel do século XIX e ainda ativa no momento em que Monbeig redigia essas linhas, em meados da década de 1940:

Reduzir a marcha para o oeste a um fenômeno local, contentar-se com explicá-la por circunstâncias estritamente brasileiras, seria restringir abusivamente seus quadros e não enxergar mais que seus aspectos estreitos. Desde o seu início, a marcha para o oeste foi um episódio da expansão da civilização capitalista, surgida nas duas margens do Atlântico. Ambas não cessaram de ser solidárias (Monbeig, 1984 [1952] p.105).

Nascido no momento em que se instalava a economia capitalista, o movimento de conquista dos planaltos ocidentais não cessou, pois, de progredir, a despeito das crises inerentes ao sistema e até mesmo por causa dessas crises. As depressões econômicas, que balizam esses três quartos de século, procederam das zonas pioneiras. Mas cada uma delas suscitou oportunidades novas que, a cada vez, reajustaram o mecanismo. Assim, se confunde o dinamismo da frente de povoamento paulista com o da economia mundial. Num velho país rural, os abalos da economia raramente acarretam um abandono brutal das culturas do solo; está o camponês por demais ancorado, para que a borrasca o arraste; participa ele de uma economia regional ou nacional, que amortece o choque dos acontecimentos internacionais. Nas zonas novas, não existem amortecedores, pois a produção se limita a alguns produtos destinados à exportação e diretamente submetidos às vicissitudes do mercado mundial. A franja pioneira é o ponto de encontro dos apetites e ambições tanto nacionais como estrangeiros. O que a expõe a ser duramente atingida pelas crises, mas ao mesmo tempo lhe permite recuperar muito depressa sua vitalidade (Idem, p.118-119).

Manifesta-se aqui uma concepção de geografia fortemente embasada na noção de “complexo geográfico”, que visava ultrapassar a mera descrição da paisagem para mirar igualmente a explicação da realidade analisada (Dantas, 2009). Por esse princípio, derivado de Vidal e aperfeiçoado por André Cholley, que assume a orientação da tese de Monbeig em 1940 após a morte de Demangeon, seu primeiro orientador, um complexo geográfico seria o resultado sempre dinâmico de uma combinação dos fatores que incidem diretamente na organização das paisagens de uma região.

A importância dessa noção está no fato de que a partir dela podemos vislumbrar um esboço do que quer que fosse a metodologia do trabalho científico do

geógrafo na concepção de Monbeig, de vez que a descrição explicativa da combinação complexa dos fatores essenciais à compreensão de uma paisagem indica um explícito procedimento de método, dado que um complexo geográfico não diria exatamente respeito a uma extensão variável da superfície terrestre delimitada de antemão, isto é, a um substrato territorial de limites fixos dados pela natureza e identificados em campo pelo pesquisador, mas à prática de associação e combinação dos elementos paisagísticos considerados a partir do aspecto específico que o observador gostaria de ressaltar.

Essa caracterização simplificada do momento vivido pela geografia pode ajudar a caracterizar o modo como Monbeig compreendia o fenômeno do pioneirismo, principalmente na referência a Demangeon e Bowman, praticamente os únicos autores citados textualmente por Monbeig ao longo das mais de 400 páginas de sua tese de doutoramento. A bem dizer, a definição das zonas pioneiras proposta por Pierre Monbeig em 1966, numa época em que era já um intelectual maduro ocupando prestigiosos cargos na estrutura universitária francesa, não se distancia muito da chave interpretativa de Turner antes referida, que enxerga a frente pioneira como sinônimo do avanço civilizatório:

L'extension de l'œkoumène continue de s'accomplir par la pénétration de groupes humains pionniers dans les secteurs de la planète encore peu habités. Une région pionnière peut se définir comme l'un des ces secteurs en cours d'incorporation à l'œkoumène. Puisque, à l'exception des grands déserts glacés des zones polaires, il n'y a pas de partie des continents qui soit totalement vide d'hommes, la région pionnière est le théâtre de contacts et de conflits entre des sociétés humaines techniquement, économiquement, démographiquement et politiquement inégales. On y assiste à la disparition du paysage naturel qui, sous l'action des pionniers, fait place à un paysage humanisé : naissance et formation de campagnes, fondation et croissance de villes, construction d'un réseau de communications. En même temps se constituent de nouveaux foyers de production, de nouveaux courants d'échanges, des régions humaines qui oblitérent les cadres naturels antérieurs, des sociétés originales par leur composition ethnique et démographique autant que par leurs modes de penser. Tels sont les grands

thèmes d'intérêt qu'offrent au géographe les régions pionnières du globe
(Monbeig, 1966, p.974).⁶

Melhor elucidando o que compreendemos por esse termo, sobressai de pronto as associações históricas do fenômeno pioneiro com o movimento mais amplo de expansão territorial dos agrupamentos humanos, fato que, contemporaneamente, está ligado, por um lado, à conformação de uma economia-mundo (Wallerstein, 1974), que congrega num sistema planetário de relações o conjunto das mutuamente intervenientes relações políticas, econômicas e culturais entre Estados, indivíduos e grupos sociais. Por outro lado, as questões que envolvem o processo de conquista da superfície terrestre pelos grupos humanos remetem, sem dúvida, às situações de fronteira (Martins, 1997) correlatas ao exame da geografia histórica do capitalismo (Harvey, 1996), em outras palavras, à análise do processo de expansão espacial e de desenvolvimento desigual e combinado do capital (Smith, 2008), algo que, se referido às especificidades do contexto brasileiro do período em tela, pode ajudar na compreensão de como se conformou, em nosso país, as históricas disparidades regionais até hoje perceptíveis e observadas.

Colocando os trechos citados frente a frente, emergem de súbito alguns pontos comuns na caracterização das zonas pioneiras do mundo. Inicialmente, a situação “marginal” dessas terras não habitadas, ou melhor, ainda não colonizadas a partir de uma ocupação produtiva do solo, que revelaria as limitações impostas a

⁶ A fim de comparação, vejamos a definição das zonas pioneiras oferecida no início da década de 1930 por Demangeon, que, como Monbeig também faz referência direta à obra de Bowman: “Il existe à la surface de la Terre des régions que l'occupation sédentaire des hommes n'a pas encore conquises, régions de lisière, zones-frontière où ils avancent en tâtonnant, luttant pied à pied contre les rigueurs d'un climat trop chaud, trop froid ou surtout trop sec, terres d'essais et d'expériences, où ils tentent leur chance, où souvent après de dures épreuves ils parviennent à fonder un foyer. Ce sont les conditions de ce combat opiniâtre, ce sont les territoires où progressent lentement les pionniers de l'humanité que nous décrivit Mr. Isaiah Bowman, dans un livre plein d'ingénieuses observations et copieusement illustré (...) Toutes ces zones de combat ont un trait commun : elles imposent la nécessité d'une lutte contre les rigueurs de la nature, de longues épreuves pour réaliser l'adaptation au milieu, la recherche de moyens propres à garantir l'emprise du colon sur la conquête. Les régions tropicales posent le grave problème du peuplement blanc, qui n'a guère dépassé le stade du laboratoire : l'homme blanc ne peut y supporter l'obligation du travail manuel, ni accepter le bas niveau de vie du simple pionnier. Dans les régions froides, il faut résoudre le problème de l'acclimatation des plantes cultivées et de la création de variétés susceptibles de résister aux gelées ou d'accomplir en peu de temps leur cycle de végétation (...) Malheureusement, même avec les secours de la science, le progrès des pionniers ne s'effectue pas plus aujourd'hui que jadis, selon un rythme régulier ; dans certaines régions, le front de marche s'est arrêté avant d'atteindre les limites possibles de l'occupation ; ailleurs, les ayant dépassés, il se trouve exposé à des grands risques” (Demangeon, 1932, 631-632-633).

elas pelos rigores do clima, pela pobreza do solo (ou pelo desconhecimento de suas propriedades) e pela falta de vias de comunicação adequadas para escoar a produção. Neste ponto, as estradas não eram pensadas unicamente como vias de escoamento da produção, mas também como o móvel necessário para que fosse possível instalar nos novos núcleos facilidades da vida urbana moderna ao qual os pioneiros estariam acostumados em seus países ou lugares de origem, como escolas, igrejas e condições sanitárias e de higiene compatíveis com aquilo que encontravam em sua terra natal antes de empreender a migração.

Somada a esta condição marginal das terras, destaca-se dentre as características comuns das zonas pioneiras o caráter de luta dos homens com o meio natural, o que, por consequência, ajuda a tornar mais robusto o perfil de laboratório experimentado pelas áreas qualificadas como pioneiras, já que seria somente a partir das *técnicas* de intervenção criadas modernamente e amparadas por um conhecimento científico que a conquista das áreas poder-se-ia realizar plenamente, dando origem a novas oportunidades para os migrantes desenvolverem um lar junto às novas terras que passam a habitar. É nessa chave que devemos compreender a frase: “A zona pioneira do estado de São Paulo é por mais de um título um laboratório” (Monbeig, 1940, p. 55).

Ademais, em ambos os trechos fica sugerido o que se poderia denominar de “duplo caráter” das zonas pioneiras, pois ao mesmo tempo em que ficamos sabendo que as zonas pioneiras guardam entre si um aspecto comum que permite que as identifiquemos em diferentes pontos do planeta, nota-se igualmente as singularidades regionais originadas da combinação única de certos fatores em um lugar específico. Ora, no primeiro capítulo de sua obra póstuma *Princípios de Geografia Humana*, Paul Vidal de La Blache diz ser o princípio da unidade terrestre (ou o da conexão, nos termos sempre claros de Jean Brunhes) “a idéia que domina todo o progresso da Geografia”, querendo com isso sublinhar o papel absolutamente fundamental que “a concepção da Terra como um todo, cujas partes estão coordenadas e no qual os fenômenos se encadeiam e obedecem às leis gerais de que derivam os casos particulares” (La Blache, 1954, p.30) cumpriu na conformação da moderna tradição científico-discursiva identificada com esse campo do conhecimento.

Desdobrando o raciocínio de La Blache, ter-se-ia como corolário o juízo que, considerando o organismo terrestre uma totalidade, afirma a impossibilidade de qualquer fração do globo ser estudada isoladamente, ou seja, de ser observada, descrita e explicada por si mesma sem referência a outras localidades em situação geográfica similar, donde teríamos que: “o estudo de um fenômeno em certo ponto localizado comporta necessariamente a comparação com os mesmos aspectos do fenômeno em toda a superfície do globo” (Monbeig, 1940, p.12).

Como se pode já desconfiar a essa altura, a clássica divisão da geografia em dois ramos distintos, a “geografia geral” e a “geografia regional”, deve muito à postura de trabalho esboçada a partir deste princípio, que serviria de embasamento para o ponto de vista especial do geógrafo: ele considera os conjuntos, tentando estabelecer, a partir daí, conclusões válidas para todo o globo, o que vincula o arranjo singular de certos elementos naturais e humanos na origem e transformação das paisagens terrestres às leis gerais que presidiriam as relações de recíproca influência e íntima solidariedade entre seres e coisas, ou, em outras palavras, entre os grupos humanos e os meios que habitam.

Dito isso, voltemos rapidamente a atenção ao modo como Pierre Monbeig, num de seus primeiros textos escritos sobre o assunto – intitulado “As zonas pioneiras do estado de São Paulo” e publicado originalmente, em 1937, na prestigiosa revista *Annales de Histoire Economique et Sociale* –, procura equacionar o fenômeno do pioneirismo no Brasil, oferecendo uma definição ampla que em nenhum momento esconde sua filiação ao que se convencionou chamar de escola francesa de geografia:

A paisagem do Estado de São Paulo que talvez mais desconserta o recém-chegado ao Brasil não é tanto a planície de bananeiras e mangues de Santos, nem a floresta de vertentes da Serra do Mar, nem tão pouco as vastas extensões plantadas de café, mas sim a paisagem que ele descobre ao acordar, depois de uma noite de trem, entrando nas regiões de derrubada (...) Ali, uma cidade velha tem vinte, trinta anos no máximo. Deixa-se São Paulo com seus arranha-céus, sua atividade febril, atravessam-se pacatas cidades provincianas que caminham em marcha-lenta apesar de não contarem três quartos de século, e encontra-se outra animação, outra atividade nas cidades de madeira que a estrada de ferro atingiu há cinco anos, às vezes há alguns meses. É a zona pioneira, da qual

Isaiah Bowman e os geógrafos americanos fizeram excelentes descrições no Canadá, Austrália, Manchúria ou extremo sul da Argentina, zona que conserva em toda parte um certo ar de família, mas revela-se também grandemente variada para quem procura mais do que uma simples impressão de viajante (Monbeig, 1940, p.21-22).

Fica evidente nesse trecho as particularidades que a zona pioneira paulista – manifestação regional de um fenômeno mundial – apresentaria quando confrontada à áreas que, se bem localizadas em outros países e contando com climas, solos, relevo e vegetação diversas, manteriam com o caso brasileiro “um certo ar de família”, vale dizer, características comuns que autorizaria um observador atento a enxergá-los como variações ou combinações locais de um tema ou fenômeno global. Não é por outro motivo também que Monbeig, no primeiro texto que escreveu após sua chegada em São Paulo, em 1935, dedicado ao exame d’ “A Zona Pioneira do Norte-Paraná”, fundamenta o tratamento conjunto que irá conferir a essa área junto à análise dos movimentos migratórios perceptíveis em território paulista, pois esta seria para ele: “uma região que – se bem que pertença administrativamente ao estado do Paraná – não deixa de ser de fato uma região de economia paulista” (Monbeig, 1940, p. 56).⁷

Finalizando, valeria a pena encetarmos comentários mais aprofundados acerca dos textos de Monbeig que versam sobre as zonas pioneiras brasileiras. Primeiramente, devemos lembrar que os livros que o geógrafo francês publicou sobre a realidade brasileira abarcam, grosso modo, os mais representativos artigos escritos pelo autor durante sua estadia em nosso país.⁸ Isso facilita a feitura da leitura, uma vez que os livros fornecem uma periodização que, por evidente, é bem ou mal aceita. Além do mais, essa divisão cronológica embasada nas obras aqui publicadas, como que limita os textos a serem analisados, fornecendo também um bom recorte a tantos quantos queiram pesquisar a obra do eminente professor francês.

⁷ Sobressai já na primeira página deste texto outra referência direta aos trabalhos de Bowman, colocada nos seguintes termos: “Depois dos estudos da *American Geographical Society* sobre as zonas pioneiras australiana, canadense, manchuriana e outras, resta estudar a faixa pioneira brasileira. É pois um início de estudo neste sentido que se vai tentar aqui” (Monbeig, 1940, p. 56-57).

⁸ Serve como guia a biobibliografia cronológica organizada por Salgueiro (2006), que catalogou e localizou, no âmbito do projeto desenvolvido no IEB/USP para a organização do arquivo pessoal do geógrafo francês, praticamente toda a produção intelectual de Pierre Monbeig.

A primeira obra, intitulada *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*, foi publicada em 1940, e congrega o conjunto dos primeiros artigos escritos pelo autor ao chegar ao Brasil, o que permite que acompanhem a época em que Monbeig apenas tateava a realidade brasileira, sublinhando a sensação de estranhamento de um jovem europeu recém chegado diante da monumentalidade da natureza tropical e da grandeza continental que os fenômenos adquiriam quando comparados com aqueles antes observados na Europa.

O segundo texto de Monbeig que analisa o tema do pioneirismo é sua tese de doutoramento, originalmente apresentada, em 1950, na Universidade de Paris, sob o título *Marche de peuplement et pionniers de São Paulo*, e posteriormente publicada, em 1952, pela *Fondation nationale de Sciences Politiques*, que lhe havia conferido o prêmio de melhor tese, com o título *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Nele, a expansão do povoamento catalisada pelo avanço do café e do algodão nas zonas pioneiras dos planaltos ocidentais paulistas e do norte paranaense, estas vistas como mera continuação do movimento animado por aquelas, recebe um tratamento detalhado que descreve as fases da vaga pioneira em sua infatigável marcha a partir de dois prismas: as cidades, que se sucedem ao longo das vias férreas como “contas de um rosário”, sendo testemunhas de um avanço progressivo que devido às circunstâncias políticas e econômicas mundiais, que concorrem para acelerar ou retardar os avanços, mas não impedí-lo, assume ritmos diversos; e as paisagens, que em sua fisionomia e dinâmica expressava, tal como então se nos apresentava, as marcas e as lembranças da história que não desaparecem com a progressão do povoamento e seu arraigamento.

Traduzida para o português por dois de seus ex-discípulos, Ary França e Raul de Andrada e Silva, somente em 1984, demora que não deixa de ser espantosa, a premiada tese, redigida ao longo da década de 1940, foi finalizada por volta de 1948, sendo portanto um registro fiel da maturação do trabalho de pesquisa didático-científico desenvolvido pelo professor durante sua estadia em São Paulo. Em verdade, esta obra tem até mesmo uma faceta de trabalho coletivo, uma vez que

a presença de estudantes e outros professores que gravitavam próximos à cadeira de Geografia Humana da USP era constante nas viagens de campo empreendidas.⁹

Já o livro *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*, publicado em 1957, guarda igualmente o mérito de reunir em um só volume textos de uma fase intelectualmente mais madura do autor, que de volta à França procede, em textos como “As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista”, “As tendências atuais da agricultura em São Paulo” e “Evolução dos gêneros de vida rural tradicionais no sudoeste do Brasil”, uma espécie de reavaliação de seus estudos anteriores sobre o pioneirismo, indicando novos ângulos de observação do fenômeno ou mesmo alterando sem pestanejar juízos e posições defendidos anteriormente.

Por fim, essa comunicação, que apresentou indicações acerca de uma pesquisa atualmente em fase final, teve como objetivo melhor elucidar as associações passíveis de serem feitas entre o desenvolvimento de um imaginário de conquista territorial, as ações de apropriação efetiva do território brasileiro, e o modo como, através do estudo das franjas pioneiras, a geografia acadêmica que então se institucionalizava trata desses processos. Isso importa ao detalhe que nos concerne na medida em que se pode notar uma espécie de associação entre a afirmação da identidade nacional e a elaboração de projetos nos quais a tarefa de construção do país é entendida como uma sucessiva incorporação de áreas e pessoas à órbita de atuação do Estado.

Assim sendo, e considerando que a questão da expansão do povoamento e colonização do território brasileiro aparece dentro da geografia pelo estudo das franjas pioneiras, pretendeu-se compreender em que medida as discussões internas

⁹ As circunstâncias que envolvem a mudança de tema de Monbeig, que deixa de lado sua tese sobre as ilhas Baleares, já em fase avançada de redação, para tratar das franjas pioneiras, conta com decisiva participação de Henri Hauser (1866-1948), historiador de renome, professor e antigo orientador de sua esposa, Juliette Monbeig. De fato, Hauser era amigo do físico Paul Janet, sogro de Monbeig, e ambos colegas de George Dumas, o grande embaixador das relações culturais Brasil-França, que os havia trazido ao Brasil em 1925 (a jovem Juliette Janet, inclusive), numa das reuniões do “Groupament” que antecede a criação da USP. De todo modo, fora Hauser quem indicara a Dumas o nome de Monbeig para fazer parte da segunda missão francesa ocupada com a consolidação dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Tendo a eclosão da Guerra Civil espanhola, em 1936, atrapalhado a continuidade de suas pesquisas de campo, e por ocasião de uma breve estadia de Hauser no Brasil, este, sempre interessado em questões de história econômica, sugeriu a Monbeig que se dedicasse aos estudos do fenômeno paulista da expansão das lavouras de café, o que o fez em definitivo somente em 1937, após Demangeon, contrariado com a vinda de seu pupilo ao Brasil, ter acenado com a continuidade da orientação a despeito da mudança no tema (Drouler&Théry, 1991; Petitjean, 1996; Salgueiro, 2006).

a esse campo disciplinar puderam influenciar na formulação e elaboração das produções ideológicas do período ao desenvolver uma interpretação que enfoca a relação entre a conquista do sertão, a consolidação do Estado e a construção da nação, sublinhando a existência de uma concepção de país que tenta transformar em mitológico o domínio do *hinterland*.

Nesse caso, tanto a existência de programas governamentais oficiais como o “Marcha para Oeste”, que em tese deveria estimular uma expansão demográfica e econômica interiorizada dentro dos limites políticos do estado, quanto a notada criação de diversos órgãos que objetivavam a mensuração, conhecimento e controle do território, dotando-o de meios para a execução e operação de ações de planejamento, demonstram o fundamental papel indutor que o Estado reservava a si dentro do processo de formação territorial. Daí que seja pertinente a análise pormenorizada da formação territorial brasileira dessa época, uma vez que, principalmente durante o Estado Novo, há um claro redimensionamento dos processos de valorização simbólica e material do território:

Ela [a “Marcha”] consistiu num programa de ocupação do território e de integração nacional pensado nos trâmites de um projeto de desenvolvimento global almejado pelo Estado Novo, cuja prioridade era a construção de um parque industrial sustentado pela demanda interna (...) Foi a partir dessa perspectiva de fundo que o Estado Novo edificou órgãos e políticas territoriais sobre os quais foram tributadas as expectativas de materialização de suas ideologias geográficas. Essas estiveram ancoradas sobretudo em dois esteios-mestres: de uma parte, conforme sublinhado, na promoção da “mitologia da hinterlândia” – eixo discursivo agora sob inovação valorativa não mais depositário de uma visão bárbara do sertão, antes considerando-o como “matriz da brasilidade e santuário do verdadeiro caráter nacional” – e, de outra parte, no conceito de região, alçado como pilar interpretativo central do Brasil, incorporado ao vocabulário oficial em franca atitude de distanciamento face à tendência centrífuga do pacto federativo da República Velha (Adas, 2006, v2, p.33/35).

Recapitulando, o enquadramento proposto visou colocar em perspectiva certas aproximações entre o temário específico da geografia, como a questão das fronteiras, e as discussões que, levadas a cabo entre 1930 e 1960, influenciaram na consolidação de espaços institucionais voltados diretamente para a produção e veiculação de saberes geográficos no Brasil, equacionando um viés interpretativo

que concebe um entrelaçamento entre a história do pensamento geográfico – com o foco no estudo do surgimento de certas tradições no tratamento de algumas questões por uma comunidade científica – e a reconstrução da geografia histórica brasileira, detalhe que aqui é visto como estratégia analítica para aceder às singularidades históricas do período estudado.

O ponto estaria então no detalhamento dos pressupostos que envolvem a definição do conceito de frente ou franja pioneira tal como este aparece nos trabalhos de Pierre Monbeig. Especificamente, a pesquisa priorizou a análise dos textos, buscando eventuais mudanças no tratamento metodológico dado às questões ao longo do tempo e deixando o contexto histórico de germinação das ideias dos autores como pano de fundo das escolhas efetuadas pelos mesmos. A comparação entre os textos estudados teria dupla finalidade: por um lado, rastrear filiações, convergências e dessemelhanças no trato de problemas similares, e por outro, apontar se essas distinções poderiam ou não ser fruto de diferenças ideológicas, de posicionamentos políticos e do lugar institucional ocupado pelo geógrafo em questão.

BILBIOGRAFIA

ADAS, Sergio, 2006, O Campo do Geógrafo: Colonização e Agricultura na Obra de Orlando Valverde (1917-1964) 2v, São Paulo: Tese de Doutorado, DG/FFLCH/USP.

AGNEW, John, 1998, Geopolitics – Re-visioning world politics, Nova Iorque/Londres: Routledge.

ARRAULT, Jean-Baptiste, 2007, Penser à l'échelle du Monde. Histoire conceptuelle de la mondialisation en géographie (fin du XIXe siècle/entre-deux-guerres), Thèse de doctorat de l'Université de Paris I.

COSTA, Wanderley Messias, 1992, Geografia Política e Geopolítica – Discursos sobre Território e Poder, São Paulo: EDUSP: Hucitec.

DANTAS, Aldo. Monbeig e a noção de Complexo Geográfico. Confins On-line, n. 7, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6091>>.

DEMANGEON, Albert. Pionniers et fronts de colonisation. *Annales de Géographie*, v. 41, n. 234, p. 631-632, 1932.

- DROULERS, Martine & THÉRY, Hervé, 1991, Pierre Monbeig – Un Géographe Pionnier, Paris: CREDAL.
- FOUCHER, Michel, 1991, Fronts et Frontières – Un tour du monde Géopolitique, Paris: Fayard.
- GOTTMAN, Jean, 1952, La politique des Etats et leur Geographie, Armand Colin: Paris.
- HARVEY, David, 1996, Justice, Nature and the Geography of Difference, Oxford: Blackwell Publishing.
- JOHNSTON, R. J. et al. (ed.), 2006, The Dictionary of Human Geography, Oxford: Blackwell.
- JONES, Stephen, 1959, “Boundary Concepts in Setting Time and Space”, Annals of the Association of American Geographers n 49: 241–55.
- KRISTOF, Ladis D., 1959, “The Nature of Frontiers and Boundaries”, in: Annals of the Association of American Geographers v 49 n 3 (part 1): 269-282.
- MARTIN, André Roberto, 1992, Fronteiras e Nações, São Paulo: Contexto.
- , 1993, As Fronteiras Internas e a Questão Regional do Brasil, São Paulo: Tese de Doutorado, DG/FFLCH/USP.
- MARTINS, José de Souza, 1997, Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano, São Paulo: Hucitec.
- MINGHI, Julian, 1963, “Boundary Studies in Political Geography” in: Annals of the Association of American Geographers n 53: 407–28.
- LA BLACHE, Paul Vidal de, 1954, Princípios de Geografia Humana, Lisboa: Cosmos.
- MONBEIG, Pierre, 1940, Ensaio de Geografia Humana Brasileira, São Paulo: Livraria Martins.
- , 1952, Pionniers et Panteurs de São Paulo, Paris: Armand Colin.
- , 1957, Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira, São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- , 1966, *Les franges pionniers* in: Géographie générale. Encyclopédie de la Pléiade. Paris: Gallimard.

MORAES, Antônio Carlos R., 2002, Território e História no Brasil, São Paulo: Hucitec.

-----, 2009, Geografia Histórica do Brasil – Cinco Ensaios, Uma Proposta e Uma Crítica, São Paulo: Annablume.

-----, 2011, Geografia Histórica do Brasil – Capitalismo, território e Periferia, São Paulo: Annablume.

NEWMAN, David, 2002, “Boundaries” in: John Agnew, Katharyne Mitchell and Gerard Toal (eds) A Companion to Political Geography, Oxford: Blackwell.

-----, 2003, “On Borders and Power: A Theoretical Framework” in: Journal of Borderland Studies 18(1): 13–24.

-----, 2006, “Borders and Bordering: Towards an Interdisciplinary Dialogue”, in: European Journal of Social Theory 9 (2): 171-186.

NEWMAN, David and PAASI, Ansi, 1998, “Fences and Neighbours in the Post-Modern World: Boundary Narratives in Political Geography”, in: Progress in Human Geography 22(2): 186–207.

PAASI, Ansi, 2003, “Territory” in: John Agnew, Katharyne Mitchell and Gerard Toal (eds) A Companion to Political Geography, Oxford: Blackwell.

PETITJEAN, Patrick (dir.), 1996, Les sciences coloniales, figures et institutions, Paris: Orstom.

PRESCOTT, J. R. V., 1965, The Geography of Frontiers and Boundaries, London: Hutchinson University Library.

-----, 1987, Political Frontiers and Boundaries. Chicago: Aldine.

RANKIN, K. J. & SHOEFIELD, R., 2004, “The Troubled Historiography of Classical Boundary Studies”, in: Mapping Frontiers, Plotting Pathways Ancillary Paper No. 2, Dublin/ Belfast.

ROBIC, Marie-Claire, 2006, “A crise dos anos 1930 e a emergência de novos temas na geografia”, in: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.), 2006, *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira – A dinâmica da transformação*, Bauru: Edusc.

RUMLEY, Denis, and MINGHI, Julian, 1991, “The border landscape concept” in: The Geography of Border Landscapes, Dennis Rumley and Julian Minghi (org.) London: Routledge.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.), 2006, Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira – A dinâmica da transformação, Bauru: Edusc.

SILVA, Lígia M^a Osório, 2001, A Fronteira e outros Mitos, Campinas: Tese apresentada para o concurso de Docente Depto. de Política e História Econômica, IE/Unicamp.

SMITH, Neil, 2008, Uneven Development – Nature, Capital, and the production of Space, Athens/ London: The University of Georgia Press.

TAYLOR, Peter. 1994. “The state as container: territoriality in the modern world-system.” in: Progress in Human Geography 18, 151-62.

WALLERSTEIN, Immanuel, 1974, The Modern World System (tomo I), San Diego/Nova Iorque: Academic Press.